



**ELEKTRO REDES S.A.
RESULTADOS | TERCEIRO TRIMESTRE 2017**

DESTAQUES

Resultados Econômico-Financeiros (R\$ mil) ⁽¹⁾	9M 17	9M 16	Variação ⁽¹⁾	Variação %
Receita Bruta	6.224.858	5.935.894	288.964	4,9%
Receita Líquida	4.069.262	3.457.028	612.234	17,7%
Margem Operacional Líquida	1.131.486	979.503	151.983	15,5%
EBITDA	645.751	508.068	137.683	27,1%
Margem EBITDA	15,9%	14,7%	-	1,17 p.p.
Lucro Líquido	293.532	163.312	130.220	79,7%
Dívida Líquida	1.943.900	1.566.821	377.079	24,1%
Investimentos	263.354	250.684	12.670	5,1%

Outros Resultados	9M 17	9M 16	Variação	Variação %
Volume de fornecimento para mercado cativo (GWh)	8.042	8.656	-614	-7,1%
Consumo de energia na área de concessão (GWh)	12.299	11.748	551	4,7%
Número de Clientes (mil)	2.591	2.542	49	1,9%
DEC anualizado (horas)	7,70	8,70	-1,00	-11,5%
FEC anualizado (interrupções)	4,58	4,69	-0,11	-2,3%
Perdas de Distribuição (%)	7,77%	8,07%	-	-0,3 p.p.
Rating corporativo (Fitch)	brAA-	brAA+	-	-

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

- A Elektro Redes foi eleita, pela sétima vez, como a Melhor Empresa para se Trabalhar pela *Great Place to Work* na categoria Empresas de Grande Porte. Depois de ter alcançado o feito inédito de conquistar o conceito 100% na pesquisa, a concessionária também foi consagrada na categoria *Legends*, para empresas que se tornam *hors concours*;
- O EBITDA encerrou o período em R\$ 645.751 mil, um aumento de 27,1% em relação aos primeiros nove meses de 2016 (R\$ 508.068 mil) em função majoritariamente do: (i) crescimento de 4,7 % do mercado total (clientes cativos e livres); (ii) Reajuste Tarifário de agosto de 2016, que gerou impacto positivo de 5% ao longo do ano na Parcela B;
- A Elektro Redes registrou Lucro Líquido de R\$ 293.532 mil no acumulado de setembro de 2017, 79,7% acima do resultado acumulado de setembro de 2016 (R\$ 163.312 mil), impactado basicamente pelos efeitos positivos do EBITDA, gestão eficiente de seu caixa e desaceleração dos indicadores econômicos e indexadores de sua dívida e pela redução da alíquota efetiva de Imposto de Renda devido à distribuição de Juros sobre Capital Próprio;
- Seguindo uma política de gestão eficiente de caixa, até setembro de 2017 a Elektro Redes captou (i) captou a segunda parcela do financiamento junto ao Banco Europeu de Investimentos (BEI), com crédito dos recursos no valor de R\$ 148.869 mil, ao custo de 88,35% do CDI e prazo de 10 anos; (ii) captou R\$ 163.250 mil por meio da linha de crédito do Banco Tokyo-Mitsubishi, via Lei 4131, pelo prazo de 3 anos, ao custo de 104,9% do CDI e R\$16.990 mil por meio de liberações de financiamentos junto ao BNDES; e (iii) emitiu Nota Promissória de R\$ 350.000 mil com custo de 105% do CDI para o prazo de 1 ano com amortização de principal e juros *bullet*.

ÍNDICE

1. A ELEKTRO REDES E O MERCADO DE CAPITALS	1
1.1. Controle	1
1.2. Composição Acionária	1
2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES	1
3. AMBIENTE ECONÔMICO	2
4.1. Reajuste Tarifário	3
4.2. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	4
4.3. Bandeiras Tarifárias	5
4.4. Processo de ajuste nas tarifas – EER Angra III	6
4.5. Sobrecontratação de energia	6
5. DESEMPENHO COMERCIAL	8
6. RESULTADOS	13
6.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	14
7. ESTRUTURA DE CAPITAL	15
7.1. <i>Covenants</i> Financeiros	16
8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	17
9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	17
10. FLUXO DE CAIXA.....	18
11. INVESTIMENTO E MODERNIZAÇÃO	19
12. DESEMPENHO OPERACIONAL	19
12.1. DEC e FEC	19
12.2. Perdas na Distribuição (*).....	20
13. RECONHECIMENTOS.....	21

1. A ELEKTRO REDES E O MERCADO DE CAPITAIS

A **Elektro Redes S.A.** ("Elektro Redes" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (nova razão social da BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas no mercado.

1.1. Controle

Em 08 de junho de 2017, a Elektro Redes divulgou ao mercado um Fato Relevante informando um acordo de associação para regular a incorporação da Elektro Holding S.A, atual controladora da Elektro Redes, pela Neoenergia S.A. ("Neoenergia").

A operação foi estruturada mediante a incorporação da Elektro Holding pela Neoenergia, com o consequente aumento do capital social da Neoenergia, e a consumação da Operação foi condicionada à verificação de algumas condições

suspensivas usuais nesse tipo de operação, dentre as quais a obtenção da aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, bem como a aprovação da assembleia geral de acionistas da Neoenergia e da Elektro Holding.

Em 30 de junho de 2017, a Elektro Redes publicou ao mercado novo Fato Relevante esclarecendo as condições da Operação, bem como os principais benefícios, custos, riscos da incorporação e critérios da relação de substituição das ações da Elektro Holding por ações de emissão da Neoenergia.

Em 24 de agosto de 2017, tendo em vista a obtenção das aprovações regulatórias necessárias e a satisfação das demais condições precedentes aplicáveis, foi consumada a incorporação da Elektro Holding S.A. pela Neoenergia.

1.2. Composição Acionária

Em 30 de setembro de 2017, o capital social da Elektro Redes era de R\$ 952.492 mil, dividido em 91.881 mil ações ordinárias e 101.878 mil ações preferenciais, conforme tabela abaixo:

ACIONISTA	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)
Neoenergia S.A.	91.855.825	99,97%	101.279.596	99,41%	193.135.421	99,68%
Acionistas Minoritários	25.147	0,03%	598.697	0,59%	623.844	0,32%
TOTAL	91.880.972	100,00%	101.878.293	100,00%	193.759.265	100,00%
Participação sobre o total de Ações		47,42%		52,58%		100,00%

2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Elektro Redes mantém canal de comunicação com o mercado pelo [website ri.elektro.com.br](http://www.ri.elektro.com.br), pelo endereço eletrônico ri@elektro.com.br ou pelo telefone (19) 2122-1487.

3. AMBIENTE ECONÔMICO

O cenário econômico nacional no terceiro trimestre continua desafiador, mas com alguns sinais de melhora se comparado aos últimos trimestres. Após interromper uma série de oito quedas consecutivas no primeiro trimestre de 2017, a segunda alta consecutiva no Produto Interno Bruto (PIB) indica uma reação positiva da economia, impulsionada principalmente pelo desempenho da agropecuária e da indústria extrativa mineral, que cresceram 15,0% e 7,8%, respectivamente.

Com os sinais de melhora da atividade econômica e dos níveis de confiança da indústria, o país vem apresentando crescimento do volume de investimentos estrangeiros diretos (IED). Em agosto, US\$ 7,2 bilhões ingressaram com destino ao setor produtivo, um aumento de 40,3% quando comparado a agosto do ano passado (US\$ 5,1 bilhões). Com esse desempenho, o total de recursos que entrou no Brasil em oito meses alcançou um patamar 10,4% superior ao registrado no mesmo período de 2016, encerrando o período com US\$ 45,5 bilhões.

O Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) fechou em -2,11% em setembro, uma redução de 8,59 pontos percentuais quando comparado ao mesmo período do ano anterior. No acumulado de 12 meses, o índice apresenta queda de 1,45%. Com relação ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o indicador fechou os primeiros nove meses no ano

em 1,78% (no mesmo período de 2016, o índice registrou 5,51%, representando uma queda de 3,73 pontos percentuais).

Com a redução dos índices de inflação, o Comitê de Política Monetária (Copom), visando estimular o consumo e investimento, continuou reduzindo a taxa básica de juros (SELIC), movimento iniciado em outubro de 2016, resultando em uma queda de 6,0 pontos percentuais até setembro de 2017 – saindo de 14,25% a.a. para 8,25% a.a..

Outra medida de estímulo ao investimento foi a redução de Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) que, em 30 de março reduziu de 7,5% para 7,0% ao ano o principal indexador de empréstimos do BNDES. A nova taxa foi reafirmada pelo CMN em 29 de junho e 28 de setembro e está fixada até 31 de dezembro de 2017.

Com relação ao comércio exterior, segundo apuração do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), o saldo acumulado da Balança Comercial em setembro de 2017 foi um superávit de US\$ 53,3 bilhões, ultrapassando em US\$ 17,1 bilhões o resultado acumulado de setembro de 2016. No período, as exportações somaram US\$ 164,6 bilhões, 18,1% acima do apurado até setembro de 2016 (US\$ 139,4 bilhões); já as importações somaram US\$ 111,3 bilhões, aumento de 7,9% em relação a 2016 (US\$ 103,2 bilhões).

Os indicadores econômicos que mais influenciam os resultados da Elektro Redes apresentaram a seguinte evolução:

INDICADORES	Variação Acumulada		
	3T 17	3T 16	Variação
Taxa de Câmbio R\$/€ ⁽¹⁾	3,7430	3,6484	0,09
Valorização / (desvalorização) cambial - Real em relação ao Euro ⁽²⁾	-8,86%	14,16%	-23,02 p.p.
Taxa de Câmbio R\$/US\$ ⁽¹⁾	3,1680	3,2462	-0,08
Valorização / (desvalorização) cambial - Real em relação ao Dólar ⁽²⁾	2,80%	16,87%	-14,07 p.p.
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) ⁽³⁾	-2,11%	6,48%	-8,59 p.p.
IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ⁽³⁾	1,78%	5,51%	-3,73 p.p.
CDI Médio (Certificado de Depósitos Interbancários) ⁽³⁾	8,01%	10,42%	-2,41 p.p.
TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) ⁽³⁾	5,33%	5,57%	-0,24 p.p.

(1) Cotação no encerramento do período.

(2) Variação acumulada em relação a dezembro do ano anterior.

(3) Taxa acumulada em nove meses.

4. CENÁRIO DO SETOR ELÉTRICO E AMBIENTE REGULATÓRIO

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro Redes passará pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos e reajustes anuais entre os anos de revisões, sendo 27 de agosto a data de atualização de suas tarifas; além de Revisões Tarifárias Extraordinárias (RTE), quando houver necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro. A Revisão Tarifária tem como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estimulando o aumento da eficiência e a qualidade do serviço prestado pela Distribuidora, assegurando uma tarifa justa para os consumidores, além de preservar a atratividade financeira para os investidores. A última revisão tarifária da companhia foi concluída em 27 de agosto de 2015, e considerou as novas metodologias aprovadas pela ANEEL: elevação do Custo de Capital – WACC (*Weighted Average Capital Cost* ou Custo Médio Ponderado de Capital) líquido de impostos de 7,50% a.a. (no 3º Ciclo de Revisões Tarifárias) para 8,09% a.a., o que representou um ajuste na remuneração do capital; Custos Operacionais; Perdas Técnicas e Não Técnicas de Energia; Fator X (índice

que transfere parte dos ganhos de eficiência das distribuidoras com os consumidores); Outras Receitas e Receitas Irrecuperáveis. Desta forma, a Revisão Tarifária resultou em uma elevação média nas tarifas de 4,20%, estabelecida pela recomposição dos custos não gerenciáveis (Parcela A) e pela revisão dos custos gerenciáveis (Parcela B).

4.1. Reajuste Tarifário

O Reajuste Tarifário reestabelece o poder de compra da concessionária por meio da correção pela inflação dos custos com a distribuição sob gestão da Distribuidora (Parcela B), deduzidos do Fator X.

Em 27 de agosto de 2017 as tarifas da Elektro Redes foram reajustadas em média 10,4%, em virtude do resultado do processo de Reajuste Tarifário Anual, homologado pela Resolução nº 2.290 de 25 de agosto de 2017. Neste reajuste foram atualizados os custos não gerenciáveis da distribuidora (Parcela A), repassados em sua totalidade para a tarifa dos consumidores e houve a atualização da Parcela B (que remunera os custos gerenciáveis) pela Inflação registrada no período (IGP-M), descontada do Fator X. O aumento tarifário deveu-se ao aumento de 140% nos custos com transmissão de energia impactados pela indenização dos ativos anteriores

a maio/2000 ainda não totalmente depreciados das transmissoras de energia elétrica que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei 12.783/12.

4.2. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A CDE é um encargo setorial criado em 2002 destinado à promoção do desenvolvimento energético em todo o território nacional. Sua arrecadação visa promover a competitividade da energia elétrica produzida por fontes alternativas, a universalização da energia elétrica no país e também suportar os subsídios tarifários destinados a cobrir descontos concedidos na tarifa pelas distribuidoras de energia elétrica a determinadas classes de clientes, além de outros custos. O mecanismo de recomposição do fundo é realizado por meio de cotas mensais homologadas pela ANEEL e recolhidas ao fundo operacionalizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, sendo que este encargo é repassado aos consumidores por meio das tarifas, tendo efeito nulo no resultado da distribuidora. O ressarcimento às distribuidoras relativo aos subsídios tarifários passou a ser operacionalizados pela CCEE a partir de maio de 2017, por força da Lei nº 13.360/2016.

No que tange aos recolhimentos mensais das cotas de CDE, houve no ano de 2015 um descasamento de caixa, pois a Elektro Redes vinha recolhendo integralmente sua cota mensal, e em contrapartida não recebia do fundo a integralidade dos repasses dos valores de subsídios. Assim, em 06 de agosto de 2015, a Companhia obteve ordem liminar, atualmente já confirmada por decisão de Segunda Instância, permitindo que fossem deduzidos dos pagamentos

mensais dos encargos, os valores já vencidos e não repassados pelo fundo. No primeiro semestre de 2017, o valor compensado financeiramente totalizou R\$ 103.683 mil (R\$ 174.073 mil em 30 de setembro de 2016), o qual, por se tratar de ordem liminar ainda sujeita a recurso, a Companhia apresentava os saldos a receber e a pagar segregados em seu balanço patrimonial, exceto para os períodos em que obteve recibo de quitação, sendo: (i) agosto de 2015 a janeiro de 2016, no montante de R\$ 230.691 mil compensados em março de 2016; e (ii) fevereiro de 2016 a abril de 2017 (no montante de R\$ 283.188 mil compensados em junho de 2017). A partir de junho de 2017 a Elektro Redes passou a receber os pagamentos mensais dos subsídios realizados pela CCEE.

Ainda em relação aos recolhimentos da CDE, observa-se, desde 2015, o surgimento de liminares questionando em Juízo o pagamento de alguns itens que compõem esse encargo, bem como a sua forma de rateio proporcional ao consumo dos clientes, o que levou a ANEEL a fixar novas tarifas para os clientes que ingressaram com as liminares, a fim de dar cumprimento à ordem judicial. Em dezembro de 2015, como o impacto na arrecadação do encargo não havia recebido a correspondente diminuição na cota de aportes de cada distribuidora para a CDE e para evitar um desequilíbrio financeiro para o setor de distribuição, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) ingressou em Juízo e obteve a permissão para deduzir do saldo a pagar de CDE os montantes mensais que deixaram de ser faturados devido à liminar movida naquele ano pela Associação Brasileira de Consumidores de Energia (ABRACE). Dada a recorrência de liminares desta natureza durante o ano de 2016, a ANEEL emitiu em 14 de junho o Despacho nº 1.576, que normatiza o tratamento a ser dado

pelas distribuidoras no caso de surgirem novas liminares questionando os valores de CDE cobrados nas tarifas. Assim, nesses casos, será autorizada automaticamente a dedução dos montantes a serem recolhidos para a CDE dos valores não arrecadados devido às liminares obtidas por esses clientes, respeitando a neutralidade tarifária. Posteriormente, a Associação Nacional dos Consumidores de Energia (ANACE), a Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (ELETROS) e o Sindicato Nacional das Indústrias de Cimento - SNIC também ingressaram com ações similares visando o faturamento diferenciado da cota CDE. Para a Elektro Redes, o montante total deduzido do saldo a pagar até 30 de setembro de 2017, relativo a essas liminares, foi de R\$ 13.086 mil (R\$ 40.980 mil em 30 de setembro de 2016).

Em 25 de abril de 2017, através da Resolução Homologatória nº 2.231/2017, a ANEEL deduziu os valores da cota mensal da CDE Energia (Conta ACR), encargo relacionado aos empréstimos obtidos pela CCEE para cobrir os custos extraordinários de compra de energia em 2014, a fim de equalizar o nível de reserva de liquidez desta conta. Para Elektro Redes a redução no valor mensal da cota foi de R\$ 6.390 mil a ser aplicada para o período de abril de 2017 a março de 2018. Essa alteração não apresenta impactos no resultado da Companhia visto que qualquer diferença de valor será repassada através da tarifa durante o Reajuste Tarifário anual.

4.3. Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, estabeleceu os procedimentos comerciais para aplicação do sistema de Bandeiras Tarifárias, cujos valores são publicados mensalmente pela ANEEL através de

despachos, tendo entrado o sistema em vigor a partir de janeiro de 2015.

O mecanismo das Bandeiras Tarifárias tem como finalidade indicar ao consumidor se a energia terá um custo mais elevado, em função das condições de geração de energia elétrica, e, de maneira complementar à Revisão Tarifária Extraordinária, visa preservar o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras, cobrindo custos adicionais de geração térmica, Encargo de Serviços de Sistema – ESS, risco hidrológico e os custos com compra de energia no mercado de curto prazo devido à exposição involuntária das distribuidoras. As variações de custos remanescentes, não cobertos pelo mecanismo das Bandeiras Tarifárias, são registradas como Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros para inclusão no próximo processo de Reajuste ou Revisão Tarifária. Do mesmo modo, receitas provenientes de Bandeira Tarifária superiores às necessidades da Companhia são registradas como Valores a Devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros para devolução no próximo Reajuste Tarifário ou Revisão Tarifária, tendo a neutralidade assegurada no resultado da Companhia.

Desde a Resolução Homologatória nº 2.203, de 14 de fevereiro de 2017, a ANEEL alterou os valores dos quatro patamares de Bandeiras Tarifárias: verde, amarela e vermelha – patamares 1 e 2, correspondendo a uma escala que varia de nenhum acréscimo tarifário até R\$ 35/MWh.

Até 30 de setembro de 2017 vigorou a bandeira verde nos meses de janeiro, fevereiro e junho, bandeira amarela nos meses de março, julho e setembro, bandeira vermelha patamar 1 nos meses de abril, maio e agosto, devido à baixa afluência nesses meses. Já em 2016, foi aplicada a bandeira verde do período de abril a setembro, devido às

condições hídricas mais favoráveis no período, bandeira amarela no mês de março e bandeira vermelha nos meses de janeiro e fevereiro, sendo elas patamar 2 e patamar 1, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2017 o montante registrado de Bandeira Tarifária pela Elektro Redes é de R\$ 160.086 mil (R\$ 118.667 mil em 30 de setembro de 2016), sendo R\$ 121.540 mil (R\$ 121.353 mil em 30 de setembro de 2016) recebido através do faturamento das contas de energia e R\$ 38.546 mil (R\$ 2.459 mil à pagar em 30 de setembro de 2016) a receber através da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT.

4.4. Processo de ajuste nas tarifas – EER Angra III

O Encargo de Energia de Reserva – EER é um encargo rateado pelos agentes de consumo que visa aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional através da contratação, pela CCEE, de energia elétrica junto a geradoras destinadas para este fim.

Anualmente, a CCEE informa à ANEEL a previsão de custos para aquisição de energia de reserva, que compõe os custos considerados no processo de Reajuste e/ou Revisão Tarifária de cada distribuidora. A estimativa considerada no processo tarifário de 2016 das distribuidoras contemplou a previsão de valores devidos a vários empreendimentos, dentre eles a usina nuclear de Angra III. No entanto, por esta usina não ter entrado em operação, os custos previstos de Angra III não integraram o valor de EER cobrado das distribuidoras durante o atual ano tarifário.

Em geral, tais diferenças são capturadas nas tarifas no processo tarifário seguinte através do mecanismo de CVA. No entanto, a

ANEEL decidiu por antecipar esse efeito aos consumidores e, em 28 de março de 2017, através da Resolução Homologatória nº 2.214, aprovou um processo extraordinário de ajuste nas tarifas das distribuidoras, que ocorreu a partir do mês de abril, com o objetivo de antecipar os efeitos da exclusão da parcela do EER correspondente à contratação da usina de Angra III. Assim, durante o mês de abril de 2017 a tarifa foi reduzida para reverter os valores de Angra III incluídos no último processo tarifário, fazendo o movimento de devolução em um único mês do valor acumulado até então, e na tarifa dos meses subsequentes (de maio a agosto de 2017), passa a desconsiderar o custo mensal do EER dessa usina. Por se tratar de item de Parcela A, não há impacto na margem operacional da Companhia.

4.5. Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência do suprimento de um a sete anos, nos termos do Decreto 9.143/2017. Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial no Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e, sendo este ocasionado de forma voluntária, ficará exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

A Elektro Redes sempre manteve seus níveis de contratação dentro dos limites regulamentares. A partir de 2016, entretanto, devido a uma conjunção de fatores externos alheios à gestão da Companhia, que afetaram de forma generalizada o setor de distribuição de energia no país, dentre eles: (i) o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável; (ii) o efeito da realocação de cotas de energia; e (iii) a intensa migração de clientes na condição de especiais para o mercado livre, contribuíram para que a Companhia apresentasse uma situação de sobrecontratação de energia. Devido ao caráter sistêmico desse fenômeno, ao longo do ano de 2016 foram tomadas diversas medidas pelos órgãos competentes (ANEEL e Ministério de Minas e Energia), que endereçaram as principais questões, a fim de mitigar os impactos da sobrecontratação do setor, conforme descrito a seguir.

A ANEEL, no final de 2014, com o objetivo de equalizar os custos da energia comprada pelas empresas distribuidoras de energia, propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora. Entretanto, o montante recebido pela Elektro Redes foi maior do que a necessidade de compra da Companhia, fato este que contribuiu significativamente para um excesso de energia contratada em 2016. Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor de distribuição, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado

como involuntário, ou seja, terá o integral repasse tarifário.

Em março de 2016, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 012, com o objetivo de obter subsídios para a definição de mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia via acordos bilaterais entre distribuidoras e geradores de energia, visando minimizar impactos da sobrecontratação. Essa audiência resultou na Resolução Normativa nº 711, de 19 de abril de 2016, que estabelece os critérios sobre os quais passou a ser permitida a realização de tais acordos. Eles podem envolver a redução temporária total ou parcial da energia contratada, redução permanente, porém parcial do contrato, ou ainda a rescisão contratual. A Elektro Redes realizou acordos nos termos desta resolução, não apenas para contratos de suprimento imediato, mas também para aqueles de suprimento futuro, com o propósito de diminuir os impactos da sobrecontratação.

Em julho de 2016, por meio da Resolução nº 727, a ANEEL implantou uma nova modalidade do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) para contratos provenientes de leilões de energia nova entre distribuidoras e geradores, permitindo a realocação de energia entre esses agentes. Este mecanismo permite reduzir as sobras globais das distribuidoras. Foram realizados três processamentos do MCSD de Energia Nova em 2016: o primeiro em julho, o segundo em agosto, que em função da participação da usina Belo Monte permitiu que um volume maior de energia fosse realocado, e o terceiro em outubro. A participação nestes MCSDs auxiliou na mitigação de parte da energia sobrecontratada da Elektro Redes para o ano de 2016. Além disso, como resultado da Audiência Pública nº 074/2016, foi realizado ao final de

fevereiro de 2017 o reprocessamento dos dois primeiros MCSDs de Energia Nova realizados em 2016, para possibilitar a participação de geradores que não puderam fazê-lo à época por restrições operacionais da CCEE, o que trouxe reduções expressivas no nível contratual das distribuidoras.

Em 2017, a Elektro Redes participou de todos os quatro MCSDs de Energia Nova processados até o momento, sendo três com vigência em 2017 e um cuja efetividade se inicia apenas em 2018. Com estes mecanismos, foi possível mitigar o risco de sobrecontratação da Elektro para o ano de 2017.

Outro aspecto relacionado ao tema são os baixos preços praticados no mercado livre de compra de energia comparativamente às tarifas praticadas no mercado regulado, o que gerou um aumento na migração de clientes especiais (com demanda contratada entre 0,5 e 3 MW) para o ambiente livre. Em 2016, dado o elevado volume destas migrações e seu impacto no portfólio das distribuidoras, o assunto ganhou relevância na agência, inclusive com a emissão, pela Procuradoria Geral, de parecer equiparando a condição dos clientes especiais a dos clientes livres. Foi então publicada a Resolução Normativa nº 726, que reconheceu este entendimento ao permitir a devolução de contratos posteriores a sua publicação, como forma de mitigar o impacto da migração destes clientes, analogamente ao que já era praticado no caso dos clientes livres. Quanto ao impacto destas migrações em períodos anteriores à efetivação destas devoluções, será tratado pontualmente pela ANEEL dentro do processo tarifário de cada distribuidora.

Adicionalmente, em 2 de agosto de 2016, a ANEEL emitiu o Decreto nº 8.828 que desobriga as distribuidoras sobrecontratadas de penalidades caso

não contratem energia para o montante de reposição dos contratos que estão para expirar.

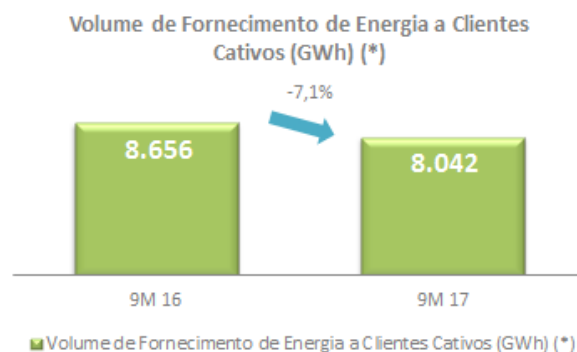
Dessa forma, a Elektro Redes, fez uso de todas as ferramentas disponíveis para o gerenciamento do seu nível de sobrecontratação e logrou êxito em mitigar o impacto de sobrecontratação em seu resultado em 2016.

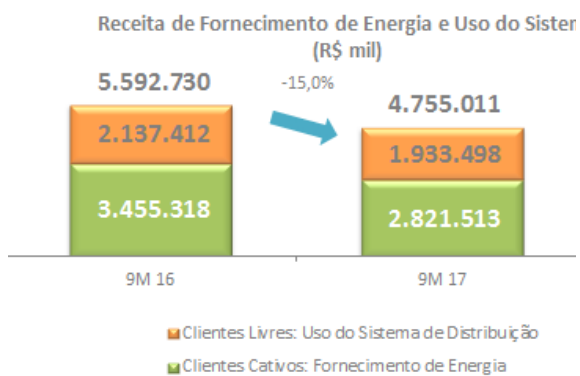
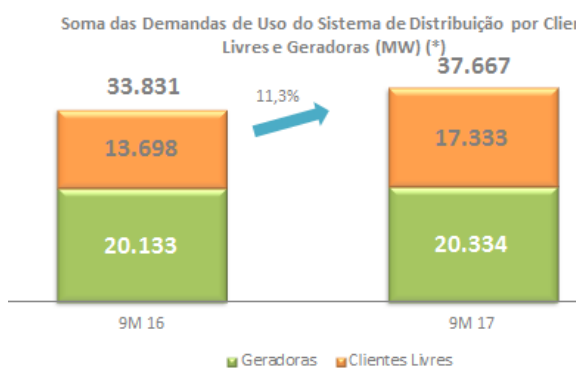
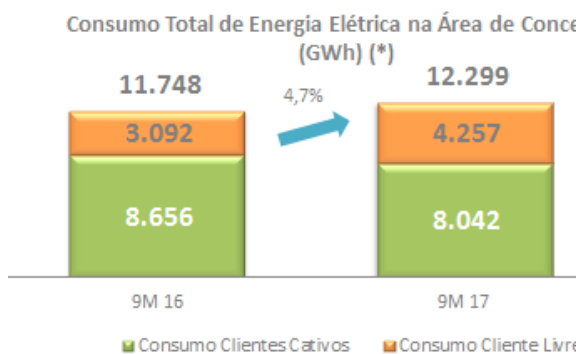
Em 22 de agosto de 2017, o Decreto nº 9.143 regulamentou o tratamento involuntário das migrações de consumidores livres e especiais, uma vez realizado o máximo esforço pelas distribuidoras, ratificando o entendimento já expressado pela Agência anteriormente.

Para o ano de 2017, a sobrecontratação será totalmente mitigada como desdobramento das medidas já endereçadas em 2016, a exemplo do tratamento da migração de clientes especiais como sobrecontratação involuntária e dos processamentos do MCSD de Energia Nova.

5. DESEMPENHO COMERCIAL

5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição





(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Fornecimento de Energia a Clientes Cativos		GWh ⁽¹⁾		
	9M 17	9M 16	Var. %	
Residencial	3.281	3.180	3,2%	
Industrial	1.347	2.021	-33,3%	
Comercial	1.691	1.807	-6,4%	
Rural	727	700	3,9%	
Poder Público	238	232	2,6%	
Iluminação Pública	396	363	9,1%	
Serviço Público	362	353	2,5%	
Total de Fornecimento de Energia a Clientes Cativos	8.042	8.656	-7,1%	
Consumo Total de Energia Elétrica na Área de Concessão (Cativos + Livres)		12.299	11.748	4,7%
Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras		MW ⁽¹⁾		
	9M 17	9M 16	Var. %	
Demanda de Uso do Sistema de Distribuição - Geradoras	20.334	20.133	1,0%	
Demanda de Uso do Sistema de Distribuição - Clientes Livres	17.333	13.698	26,5%	
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	37.667	33.831	11,3%	
Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Cativos		R\$ mil		
	9M 17	9M 16	Var. %	
Residencial	1.253.539	1.427.271	-12,2%	
Industrial	475.934	844.548	-43,6%	
Comercial	637.408	798.553	-20,2%	
Rural	162.820	181.680	-10,4%	
Poder Público	80.234	91.665	-12,5%	
Iluminação Pública	85.068	90.391	-5,9%	
Serviços Públicos	120.395	138.601	-13,1%	
Receita não Faturada ⁽²⁾	6.115	(117.391)	-105,2%	
Total de Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Cativos	2.821.513	3.455.318	-18,3%	
Uso do Sistema de Distribuição		R\$ mil		
	9M 17	9M 16	Var. %	
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾ (R\$ Mil)	1.933.498	2.137.412	-9,5%	
Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ mil)	4.755.011	5.592.730	-15,0%	

⁽¹⁾ Informações não revisadas pelos auditores independentes.

⁽¹⁾ A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda faturada.

⁽²⁾ Receita de fornecimento de energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, calculada com base na receita estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

Os clientes localizados na área de concessão da Elektro Redes consumiram até o mês de setembro 12.299 GWh, um crescimento de 4,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Neste período os clientes cativos (clientes que compram energia da Elektro) reduziram o consumo em 7,1% e os clientes livres

(clientes que compram energia de comercializadoras ou geradores) aumentaram o consumo em 37,7%. Esta variação ocorre devido a migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre, intensificado a partir de maio de 2016 em resposta à redução dos preços no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A classe residencial apresentou crescimento de 3,2% no acumulado do ano quando comparada ao mesmo período de 2016. As altas temperaturas registradas ao longo do ano impactaram positivamente no resultado da classe.

Considerando o consumo da área de concessão (clientes cativos e livres), a classe industrial apresentou crescimento de 4,5% no consumo acumulado até o mês de setembro em relação ao acumulado de 2016. Os setores que mais corroboraram para este crescimento são construção civil e papel e celulose. No que tange ao fornecimento de energia elétrica para clientes industriais cativos, houve uma redução de 33,3% quando comparado ao mesmo período de 2016 devido à migração de clientes para o mercado livre. É importante mencionar que essa migração não impacta a margem operacional da distribuidora, uma vez que esses clientes continuam a consumir a tarifa de fio (receita pelo uso do sistema de distribuição).

O baixo índice de precipitação registrado neste ano resultou no aumento do consumo de energia elétrica da classe rural em 5,6% (clientes cativos e livres) no período, que implica no uso mais frequente do sistema de irrigação. O consumo cativo cresceu 3,9%.

A classe comercial na área de concessão (clientes cativos e livres) aumentou o consumo em 4,2% quando comparado ao acumulado até setembro de 2016. Esta classe também apresenta um grande volume de migrações entre os mercados cativo e livre, desta forma ao analisar somente o mercado cativo, no período houve uma redução no consumo de 6,4%.

A Administração Pública (que abrange as classes de Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público) registrou um aumento de 9,9% em relação ao

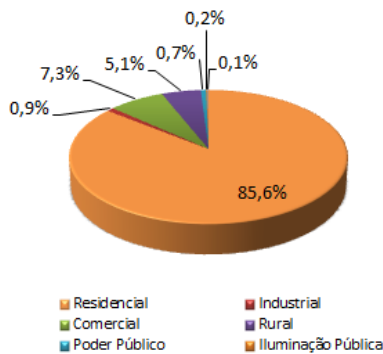
consumo acumulado até o mês de setembro de 2016 quando analisada a área de concessão da Companhia (clientes cativos e livres), principalmente em decorrência da elevação do consumo de um provedor de serviço público de saneamento devido à maior demanda de sua operação para bombeamento de água. Esse crescimento é amenizado para 5,0% quando considerado apenas o consumo de clientes cativos.

As receitas de fornecimento de energia e uso do sistema de distribuição apresentaram uma redução de 18,3% e 9,5%, respectivamente, se comparadas ao mesmo período de 2016, mesmo com o crescimento do consumo na área de concessão de 4,7%, em decorrência principalmente dos seguintes efeitos: (i) valores de Parcela A e Outros Itens Financeiros que estão sendo devolvidos a partir do Reajuste Tarifário de 2016 devido a maior cobertura tarifária de custos e encargos setoriais em 2016, e (ii) migração de clientes para mercado livre de energia, cuja fatura de energia contempla a tarifa de fio. Estes efeitos não impactam a margem da companhia e, por este motivo, a companhia explica as variações do resultado pela Margem Operacional Líquida, conforme será apresentado na sessão seguinte.

Em 30 de setembro de 2017, a Elektro Redes atendeu 2.591 mil consumidores cativos, um incremento de cerca de 42 mil novos clientes desde o início do ano (1,9% acima de setembro de 2016). No mercado livre atendemos 408 clientes, uma elevação de 77,4%, em relação aos 230 clientes atendidos em setembro de 2016.

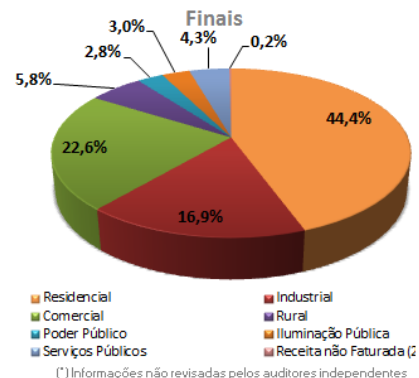
Em 30 de setembro de 2017, a carteira de clientes da Elektro Redes apresentava a segmentação abaixo:

TOTAL DE CLIENTES: 2.591 mil
Segmentação dos Clientes (*)



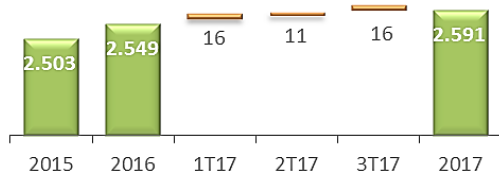
(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

RECEITA TOTAL (R\$ mil): 2.821.513
Receita de Fornecimento de Energia a Clientes



(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Evolução do Número de Clientes

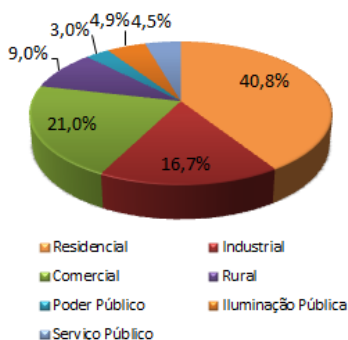


5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia

O fornecimento de energia elétrica a clientes finais apresentou a seguinte segmentação de janeiro a setembro de 2017:

TOTAL FORNECIDO (GWh): 8.042

Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais



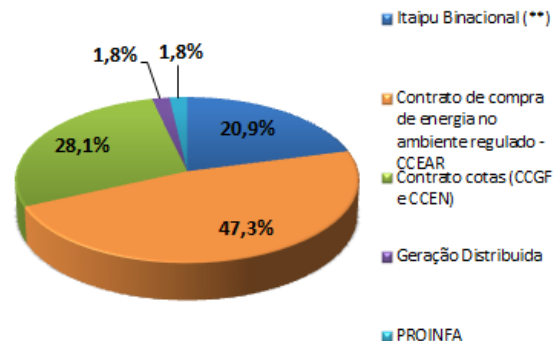
(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

5.3. Contratos de Compra de Energia

Até setembro de 2017, o suprimento de energia (em GWh) para a Elektro Redes foi realizado por (i) 47,3% em contratos provenientes de Leilões de Energia no Ambiente Regulado; (ii) 20,9% pela energia compulsória proveniente de Itaipu; (iii) 28,1% de fontes oriundas de Contratos de Cotas (decorrentes das novas regras estabelecidas pela Lei 12.783/13); (iv) 1,8% de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (PROINFA) e (v) 1,8% proveniente da Geração Distribuída, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

TOTAL DE ENERGIA COMPRADA (GWh): 10.963

Contratos de Compra de Energia (*)



(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

6. RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ mil)	9M 17	9M 16	9M 17 x 9M 16	
			Δ R\$	Δ %
Venda de Energia Clientes Finais	2.821.513	3.455.318	(633.805)	-18,3%
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição	1.933.498	2.137.412	(203.914)	-9,5%
Receita de construção	290.766	265.520	25.246	9,5%
Valores a Receber/(Devolver) de Parcela A e Outros Itens Financeis	413.463	(492.781)	906.244	-183,9%
Outras Receitas	765.618	570.425	195.193	34,2%
Receita Operacional Bruta	6.224.858	5.935.894	288.964	4,9%
Deduções às Receitas Operacionais	(1.995.510)	(2.360.199)	364.689	-15,5%
Deduções por Bandeiras Tarifárias	(160.086)	(118.667)	(41.419)	34,9%
Receita Operacional Líquida	4.069.262	3.457.028	612.234	17,7%
Energia Comprada para Revenda	(2.647.010)	(2.212.005)	(435.005)	19,7%
Custo de Construção	(290.766)	(265.520)	(25.246)	9,5%
Margem Operacional Líquida	1.131.486	979.503	151.983	15,5%
Gastos e Despesas Operacionais	(617.888)	(600.761)	(17.127)	2,9%
Resultado do Serviço	513.598	378.742	134.856	35,6%
EBITDA ⁽¹⁾	645.751	508.068	137.683	27,1%
Resultado Financeiro	(100.427)	(123.747)	23.320	-18,8%
Lucro Líquido	293.532	163.312	130.220	79,7%

⁽¹⁾ O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consiste no lucro líquido (R\$ 293.532 mil em 30 de setembro de 2017) ajustado pelo resultado financeiro (R\$ 100.427 mil), imposto de renda e contribuição social (R\$ 119.640 mil) e depreciação e amortização de 30 de setembro de 2017 (R\$ 132.153 mil). A administração da Elektro Redes entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas.

Conforme expresso na Orientação Técnica OCPC 08, o reconhecimento e mensuração das variações entre os custos não gerenciáveis efetivamente ocorridos em relação às tarifas homologadas são classificados sempre na linha de Receita Operacional como Valores a Receber/Devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros. Considerando que grande parte da Parcela A é registrada como custo de energia, a análise isolada de variações de receita e custo pode levar a distorções na interpretação do resultado do período. Desta forma, a Companhia acredita ser mais adequado explicar as variações do resultado pela Margem Operacional Líquida.

A Margem Operacional Líquida da Elektro Redes registrou R\$ 1.131.486 mil no acumulado até setembro de 2017, um aumento de 15,5% em relação ao mesmo período de 2016, impactada

principalmente: (i) pelo crescimento de 4,7% do mercado total (clientes cativos e livres) e (ii) pelo Reajuste Tarifário de agosto de 2016, que gerou impacto positivo de 5% ao longo do ano na Parcela B.

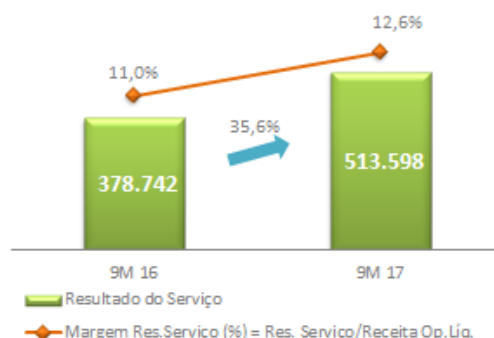
Os Gastos e Despesas Operacionais somaram R\$ 617.888 mil no acumulado de setembro de 2017, frente a R\$ 600.761 mil no mesmo período de 2016, apresentando um aumento de 2,9%. Como resultado destes efeitos, o EBITDA encerrou o período em R\$ 645.751 mil, um aumento de 27,1% em relação aos nove primeiros meses de 2016 (R\$ 508.068 mil).

Até setembro de 2017, a Elektro Redes apresentou Despesa Financeira Líquida de R\$ 100.427 mil, 18,8% abaixo do mesmo período do ano anterior, principalmente pela desaceleração dos indexadores econômicos atrelados à sua dívida. Durante o período, a

Elektro Redes continuou com uma gestão de caixa prudente, visando assegurar sua liquidez financeira, garantindo a estabilidade do negócio e mantendo o nível adequado de investimentos.

Considerando os fatores acima mencionados, a Elektro Redes registrou Lucro Líquido de R\$ 293.532 mil no acumulado de agosto de 2017, 79,7% acima do resultado de setembro de 2016 (R\$ 163.312 mil).

Resultado do Serviço (R\$ mil)



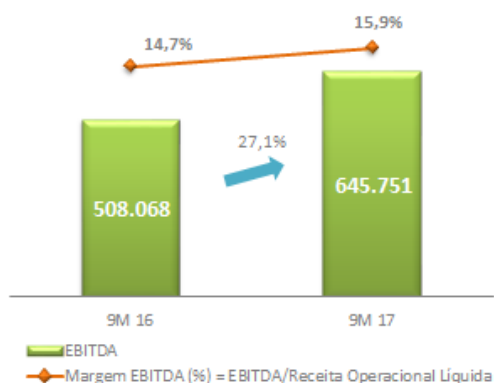
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)



Lucro Líquido (R\$ mil)



EBITDA (R\$ mil)



6.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 08 de fevereiro de 2017 foi pago aos acionistas, em uma única parcela o montante de R\$ 117.867 mil (líquido de imposto de renda) referente a Juros sobre Capital Próprio do exercício social de 2016, previamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 14 de outubro de 2016.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 07 de abril de 2017, foi aprovado o Lucro Líquido referente ao exercício de 2016 no montante de R\$ 351.688 mil. Dessa forma, e de acordo

com proposta apresentada em Reunião do Conselho de Administração de 17 de fevereiro de 2017, também foi aprovado o pagamento de R\$ 108.498 mil relativos a dividendos adicionais propostos, calculados com base no Lucro Líquido de 2016 e Resultado Abrangente do período, já deduzidos de dividendos intermediários e Juros sobre Capital Próprio. Os dividendos foram pagos em uma única parcela, em 25 de abril de 2017.

Adicionalmente, em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de setembro de 2017 foi

aprovado o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio para o exercício social de 2017, no montante de R\$ 179.406 mil (líquido de imposto de renda), pagos em uma única parcela no dia 25 de setembro de 2017.

Assim, em 30 de setembro de 2017, a Companhia possui o montante de R\$ 12 referente a dividendos a pagar para acionistas minoritários que ainda não apresentaram seus dados cadastrais atualizados.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

EMPRÉSTIMOS COM TERCEIROS, LÍQUIDOS DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS (SWAP) (R\$ Mil)	Curto	Longo	Total	
	Prazo	Prazo	R\$ mil	%
Debêntures	90.378	594.502	684.880	24,8%
BNDES Finem / Finame	108.310	371.984	480.294	17,4%
Eletrobrás	11.967	28.231	40.198	1,5%
Finep	7.213	14.225	21.438	0,8%
BEI	48.152	661.877	710.029	25,8%
Moeda Estrangeira (4131)	421.695	159.048	580.743	21,1%
Resultado do Swap	(23.085)	(104.110)	(127.195)	-4,6%
Arrendamento mercantil	5.244	6.181	11.425	0,4%
Nota Promissória	354.584	-	354.584	12,9%
Total da Dívida	1.024.458	1.731.938	2.756.396	100,0%
Perfil da Dívida	37%	63%	100%	
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos ⁽¹⁾			(812.496)	
Endividamento Líquido			1.943.900	

⁽¹⁾ Considera garantias específicas de dívidas, excluindo garantias caucionadas para compra de energia elétrica, fundo educacional e outros

A Elektro Redes encerrou o terceiro trimestre de 2017 com endividamento líquido de R\$ 1.943.900 mil (a posição do encerramento de 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 1.670.488 mil), resultado de endividamento total de R\$ 2.756.396 mil e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 812.496 mil. A dívida de curto prazo corresponde a 37% do endividamento total.

Até setembro de 2017, a Elektro Redes amortizou R\$ 513.632 mil em dívidas que venceram no período e captou R\$ 680.654 mil em novas dívidas. Desse valor, R\$ 163.250 mil foi realizado por meio da lei 4131, com Banco de Tokyo-Mitsubishi, pelo prazo de 3 anos, ao custo de 104,9% do CDI; e R\$ 16.990 mil por meio de liberações de financiamento junto ao BNDES.

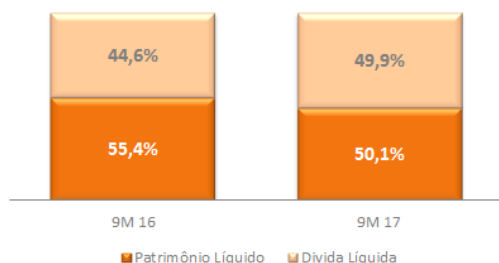
Em 5 de julho de 2017, foi liberada a segunda parcela do financiamento

junto ao Banco Europeu de Investimentos (BEI), com crédito dos recursos no valor de R\$ 148.869 mil, ao custo de 88,35% do CDI.

Adicionalmente, em 03 de agosto de 2017, houve emissão de Nota Promissória (R\$ 350.000 mil) com custo de 105% do CDI para o prazo de 1 ano com amortização de principal e juros *bullet*, sem aval ou garantia da Iberdrola. Os recursos provenientes dessa operação tem por objetivo a rolagem das dívidas vincendas de 2017.

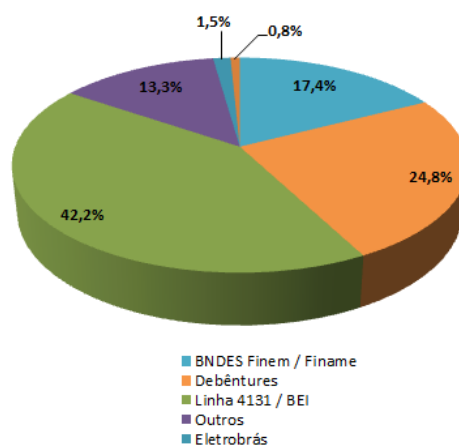
Em setembro de 2017, a Companhia apresentou alavancagem de 49,9%, mantendo uma composição adequada entre capital próprio e de terceiros, com endividamento a taxas atrativas para financiamento de seus investimentos e manutenção de sua liquidez financeira.

Estrutura de Capital
Dívida Líquida/Dívida Líq.+Patrimônio Líquido)

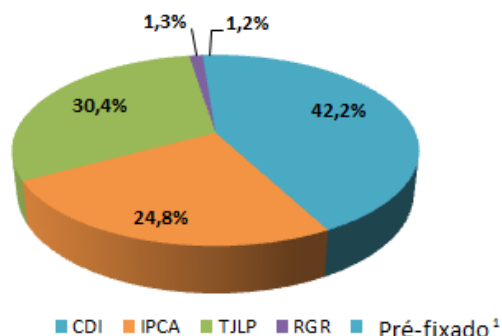


Em 30 de setembro de 2017, o endividamento total da Elektro Redes apresentava as seguintes características:

TOTAL R\$ 2.756.396 mil
Modalidade do Financiamento



Indexação

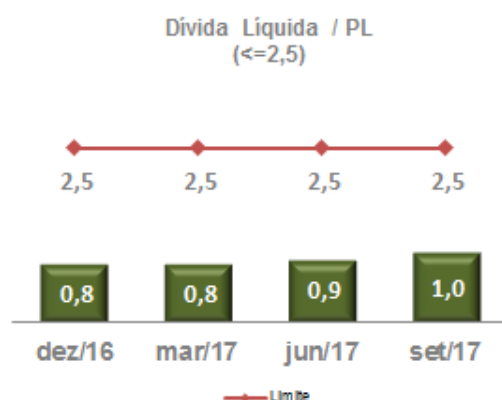
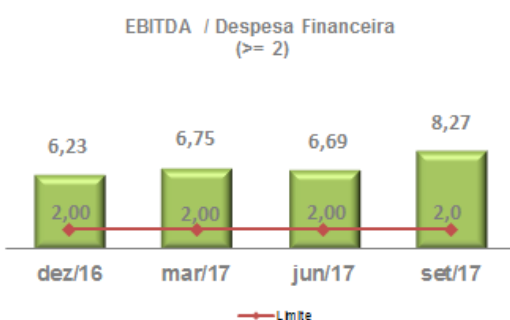
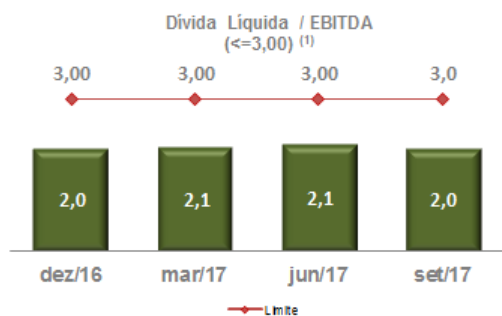


(1) Consideram recursos da FINEP sem indexação

7.1. Covenants Financeiros

A Companhia sempre cumpriu e vem mantendo uma relação confortável com os limites estabelecidos para seus *covenants* financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios previstos nos contratos firmados com o BNDES, nas escrituras das 5ª e 6ª Emissões de Debêntures e nos financiamentos em moeda estrangeira (via Lei nº 4.131) com os bancos HSBC, Mizuho e Banco de Tokyo.

A evolução dos *covenants* financeiros frente aos limites estabelecidos é demonstrada a seguir:



8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Em 26 de julho, a Fitch Ratings Ltda. atribuiu o Rating Inicial de Longo Prazo em escala Nacional para a Elektro Redes, definindo a classificação de AA+(bra); Observação Negativa. Em 04 de setembro de 2017, a Fitch removeu a Observação Negativa do Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia e o rebaixou para 'AA-(bra)', Perspectiva Estável, após a

conclusão da reestruturação societária. A 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de agosto de 2011, e a 6ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 650 milhões, emitida em 12 de setembro de 2012, também tiveram seus ratings rebaixados para 'AA-(bra)'.

9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

De acordo com a política da Elektro Redes, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a variações cambiais ou de taxas de juros. Dessa forma, a Elektro Redes mantém operações de swap vinculadas a todos os seus contratos de financiamento em moeda estrangeira (BEI e Lei nº 4.131), cujo objetivo é eliminar o risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira vinculada a uma taxa de juros em dólares norte-americanos, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI).

Os saldos em 30 de setembro de 2017 dos contratos de financiamento em moeda estrangeira e seus respectivos Derivativos estão abaixo relacionados:

Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira ⁽¹⁾	R\$ mil		
	Saldo atual do Contrato	Ganho/(Perda) do Swap	Saldo Líquido
BEI - 2013	371.271	108.431	262.840
BEI - 2016	191.568	8.178	183.390
BEI - 2017	147.190	2.113	145.077
Lei nº 4.131	581.285	23.707	557.578
Custos de Emissão	(542)	-	(542)
	1.290.772	142.429	1.148.343

A Companhia também possui pagamentos de compra de energia de Itaipu que são atrelados ao dólar norte-

americano, cujas variações cambiais estão contempladas no Reajuste Tarifário anual aplicável à Companhia

e devidamente reconhecidas como Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros.

10. FLUXO DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA	Valores em R\$ mil		
	9M 17	9M 16	Δ
Lucro líquido do período	293.532	163.312	130.220
Depreciação e outras amortizações	132.153	129.326	2.827
Juros e variação monetária e cambial	227.977	262.642	(34.665)
Outros	146.883	156.149	(9.266)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa	507.013	548.117	(41.104)
Lucro Líquido Ajustado	800.545	711.429	89.116
Variação do Capital de Giro Operacional	(311.896)	152.089	(463.985)
Geração (Consumo) Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros	488.649	863.518	(374.869)
Adições ao intangível, ao ativo indenizável e imobilizado	(290.765)	(265.518)	(25.247)
Valor recebido na baixa do ativo intangível, ativo indenizável e imobilizado	2.507	26.872	(24.365)
Adições ao imobilizado	(3.224)	-	(3.224)
Caução de fundos e depósitos vinculados	(7.301)	4.197	(11.498)
Geração (Consumo) de Caixa nas Atividades de Investimento	(298.783)	(234.449)	(64.334)
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	(513.632)	(457.489)	(56.143)
Captação de empréstimos e debêntures	680.654	206.114	474.540
Geração (Consumo) de Caixa nas Atividades de Financiamento antes do Pagamento de Dividendos	167.022	(251.375)	418.397
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(448.352)	(205.717)	(242.635)
Geração (Consumo) de Caixa nas Atividades de Financiamento após Pagamento de Dividendos	(281.330)	(457.092)	175.762
Geração (Consumo) Líquido de Caixa	(91.464)	171.977	(263.441)
Saldo Inicial do Período (excluindo caução de fundos)	899.313	785.146	114.167
Saldo Disponível de Caixa do Período (excluindo caução de fundos)	807.849	957.123	(149.274)

Até setembro de 2017 houve consumo líquido de caixa no montante de R\$ 91.464 mil, contra uma geração líquida de caixa de R\$ 171.977 mil em relação ao mesmo período de 2016. Dentre as principais justificativas destacam-se:

(i) Geração de Caixa Operacional líquida de impostos e juros somou R\$ 488.649 mil no acumulado até setembro de 2017, R\$ 374.869 mil menor em relação ao mesmo período de 2016 (R\$ 863.518 mil). Essa diferença é explicada pelos fluxos positivos de caixa que ocorreram em 2016 em função de redução de encargo de CDE e de menores custos de energia em relação aos homologados na tarifa, os quais foram arrecadados antecipadamente e estão sendo devolvidos aos consumidores desde

agosto de 2016, após Reajuste Tarifário, além do recebimento de Bandeiras Tarifárias, parcialmente compensado pelo incremento do consumo registrado no mercado total.

(ii) Consumo de caixa nas atividades de investimento R\$ 64.334 mil acima do valor registrado no mesmo período de 2016, principalmente destinado à expansão, melhoria e preservação do sistema elétrico;

(iii) Geração de caixa nas atividades de financiamento de R\$ 167.022 mil, resultado do maior volume de captações (R\$ 680.654 mil) quando comparado ao mesmo período de 2016 (R\$ R\$ 206.114 mil), parcialmente compensadas pelas amortizações de dívidas que venceram entre os meses

de janeiro e setembro (R\$ 513.632 mil em 2017 e R\$ 457.489 mil em 2016);

(iii) Pagamento de Juros sobre Capital Próprio em janeiro de 2017 no montante de R\$ 226.365 mil (líquidos de Imposto de Renda) e pagamento de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio em 25 de setembro no montante de R\$ 236.524 mil. No acumulado até setembro, foram pagos R\$ 448.352 mil, R\$ 242.635 mil maior que o valor pago em 2016 (R\$ 205.717 mil).

11. INVESTIMENTO E MODERNIZAÇÃO

Até o terceiro trimestre de 2017, a Elektro investiu R\$ 263.354 mil com recursos próprios, além de R\$ 9.142 mil de investimentos realizados com recursos de clientes, R\$ 12.670 mil maior em comparação ao mesmo período do trimestre anterior (R\$ 250.684 mil, além de R\$ 14.498 mil referentes a investimentos realizados com recursos de clientes).



(1) Exclui investimentos com recursos de clientes

Os destaques do programa de investimentos foram:

⇒ **R\$ 215.003 mil na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais:**

a) R\$ 116.110 mil foram investidos em novas ligações e expansão de

subestações e de linhas de transmissão,

- b) R\$ 70.824 mil foram investidos na preservação do sistema elétrico;
- c) R\$ 21.235 mil foram investidos em programas de Tecnologia da Informação, Infraestrutura e na Frota;
- d) R\$ 6.834 mil em melhorias e atualizações tecnológicas

⇒ **R\$ 48.352 mil no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:**

- a) R\$ 47.549 mil referente a Programas de Universalização, que determinam o atendimento de novas ligações a aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 KVA e;
- b) R\$ 803 mil referente a Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizam o fornecimento de energia por meio do Programa Luz para Todos. O programa foi encerrado em dezembro de 2016 e estamos finalizando obras iniciadas durante a vigência do programa.

Os investimentos realizados nos nove primeiros meses de 2017 foram aderentes ao planejado para o período. O nível adequado de investimentos reflete a política da Elektro para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

12. DESEMPENHO OPERACIONAL

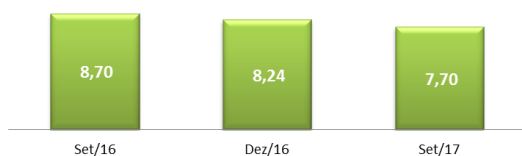
12.1. DEC e FEC

A Elektro Redes tem forte compromisso com a eficiência e continua buscando evolução no seu desempenho

operacional de forma sustentável, refletida em seus principais indicadores operacionais, como fruto de investimentos em novas tecnologias e inovadores processos de engenharia de distribuição.

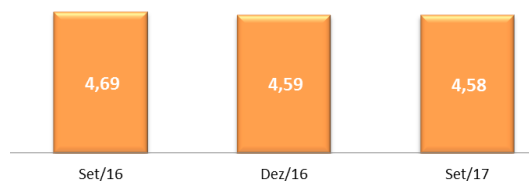
O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) anualizado em junho de 2017 fechou em 7,70 e apresenta melhora em relação ao indicador anualizado de setembro e de dezembro de 2016, que até então havia sido o melhor resultado da história da Elektro Redes (8,24). Vale ressaltar que este resultado foi atingido mesmo com a ocorrência de tempestades com chuvas, ventos e descargas atmosféricas ocorridas no período (que apresentou o janeiro mais chuvoso dos últimos anos no Estado de São Paulo e teve ocorrência de tempestades fora de época nos meses de abril, maio e junho), o que ratifica a assertividade dos investimentos e excelência operacional da Companhia.

DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (horas)



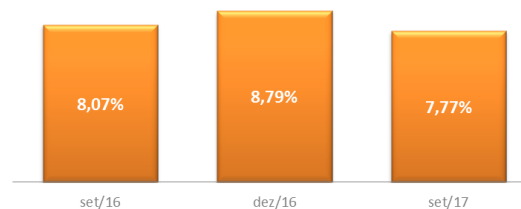
O indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), anualizado em setembro de 2017, que fechou em 4,58, apresenta melhora em relação ao indicador de setembro de 2016 (4,69) e está relacionado diretamente à robustez da rede elétrica, influenciada pelo plano anual de manutenção preventiva e preditiva, pela utilização de novas tecnologias e componentes de rede, e pela política de investimentos em melhoria que garantem maior confiabilidade no fornecimento de energia elétrica.

FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (interrupções)



Obs: Os indicadores acima não consideram os dias críticos, associados a situações de emergência, conforme definido pela resolução ANEEL no Prodist (Procedimentos da Distribuição). Caso considerados, os indicadores DEC e FEC de 30/09/2015 seriam 11,74 e 6,00, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 30/09/2016 seriam 13,88 e 6,02, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 31/12/2016 seriam 11,88 e 5,60, respectivamente e os indicadores DEC e FEC de 30/09/2017 seriam 9,70 e 5,39, respectivamente..

12.2. Perdas na Distribuição (*)



Notas:

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

- (i) Devido ao fato de o prazo de apuração do Índice de Perdas de setembro de 2017 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. O índice de setembro de 2016 foi ajustado para a apuração definitiva.
- (ii) O critério de cálculo das perdas é baseado na compra total de energia pela Elektro Redes e considera uma média móvel de 12 meses.

Em setembro de 2017, as perdas de distribuição apresentaram redução quando comparadas a 2016, registrando índice de 7,77%. Tal redução é principalmente, resultado das ações de combate a fraudes e avarias que a Companhia tem realizado, e ajustes no calendário de faturamento.

Adicionalmente, a partir do mês de dezembro de 2012, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) passou a contabilizar as perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DIT) para as Distribuidoras de Energia Elétrica com base na Resolução Normativa da ANEEL nº 67/2004. Os resultados desta contabilização,

referente a setembro de 2017, ainda não foram oficialmente divulgados, porém estima-se que o impacto desta alteração para a Elektro Redes seja de 1,92%. Dessa forma, incluindo-se o efeito da contabilização de perdas nas DIT, o índice de perdas de setembro de 2017 seria de 9,69%.

13. RECONHECIMENTOS

Elektro é eleita a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País

A Elektro Redes foi reconhecida pelo Prêmio Abradee 2017 como a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País e também nas categorias: Qualidade da Gestão, Gestão Econômico-financeira e Gestão Operacional. A premiação anual, realizada pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica, é um reconhecimento às concessionárias que mais se destacam no cenário nacional.

Esta é 8ª vez que a Elektro vence a categoria Nacional, a 12ª que recebe o prêmio de Gestão Operacional, 3ª de Qualidade da Gestão e 3ª de Gestão Econômico-financeira.

Elektro é eleita pela sétima vez a melhor empresa para trabalhar do Brasil

A Elektro foi considerada, pela quinta vez consecutiva (2013, 2014, 2015, 2016 e 2017), a Melhor Empresa para Trabalhar no País pela pesquisa *Great Place to Work*, na categoria Grande Porte (com mais de 1.000 funcionários). A premiação ocorreu no dia 14/08. Depois de ter alcançado o feito inédito de conquistar o conceito 100%, a concessionária também foi consagrada na categoria *Legends*, para empresas que se tornam *hors concours*.

Elektro é eleita pela terceira vez a Melhor Empresa para Trabalhar da América Latina

A Elektro conquistou, pelo terceiro ano consecutivo, o prêmio de Melhor Empresa para Trabalhar da América Latina pelo *Great Place to Work*. A empresa foi destaque entre 20 países e se sagrou campeã em um ranking composto por outras 1.421 empresas, a maioria de países vizinhos.

A pesquisa avaliou os mesmos dados da pesquisa de clima organizacional realizada pelo instituto anualmente, na qual a Elektro recebeu em 2013, 2014, 2015 e 2016 o prêmio de Melhor Empresa para Trabalhar do Brasil. Nessa pesquisa, a empresa foi avaliada com índice de satisfação dos colaboradores de 99,3%, a maior nota já alcançada em todas as edições.

Elektro Redes é a melhor distribuidora do sudeste no ranking de Continuidade do Serviço da ANEEL

Segundo o *ranking* de Continuidade do Serviço da ANEEL, divulgado em março de 2017, a Elektro Redes ocupa a 1ª posição da região Sudeste e a 5ª melhor posição entre as distribuidoras do país com melhor desempenho. Este *ranking* se baseia no DGC (Indicador de Desempenho Global de Continuidade), que mede a qualidade do fornecimento das empresas por meio da comparação entre os valores apurados e limites anuais dos indicadores DEC e FEC. A Agência Reguladora exige que todas as distribuidoras certifiquem o processo de coleta e apuração dos indicadores de continuidade DEC e FEC, com base nas normas da Organização Internacional para Normalização (*International Organization for Standardization*) ISO 9000.

Elektro recebe o Prêmio ALTA 2017

No início de abril, a Elektro foi reconhecida, mais uma vez, pela eficiência e inovação presente nos processos da companhia. Durante o UTCAL Summit 2017 (*Utilities Telecom & Technology Council America Latina*), em Salvador, a empresa recebeu o Prêmio América Latina Telecom Award (ALTA) 2017, que reconhece projetos de telecomunicação que utilizam a tecnologia de forma eficiente.

O projeto apresentado pela Elektro, nomeado de Sensores de Falta Tele Supervisionados, foi reconhecido como um processo de referência por ser mais assertivo no processo de reestabelecimento da energia elétrica, além de ser mais rápido.

Elektro conquista Prêmio Smart 2017

Pela primeira vez, a Elektro ganhou o primeiro lugar na categoria Inovação em Relacionamento com Clientes, no Prêmio Smart 2017. A premiação reconhece, anualmente, as melhores práticas em relacionamento de empresas que atuam em Utilities e Telecomunicações, nas áreas de Energia Elétrica, Saneamento, Gás, Telefonia fixa e móvel e TV por Assinatura.

Além da primeira posição na categoria, o trabalho apresentado pela companhia foi escolhido como o melhor entre os inscritos no prêmio. Com a pontuação mais expressiva do evento, a distribuidora recebeu o título de empresa Smart do ano.

Elektro é eleita uma das empresas mais inovadoras do país

A Elektro foi eleita como uma das 150 empresas mais inovadoras do país e também ficou entre as cinco melhores colocadas na categoria Setor de Energia, pelo Prêmio Valor Inovação Brasil 2017. A premiação, que aconteceu em São Paulo, no mês de junho, reconhece anualmente as

empresas que se destacam no desenvolvimento de pesquisa e tecnologia no país e é realizado pela Strategy&, consultoria estratégica do Network PwC, em parceria com o jornal Valor Econômico.

Mais informações sobre a Elektro Redes
Relações com Investidores

ri.elektro.com.br

 (+55 19) 2122-1487

 ri@elektro.com.br